

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.078 - RJ (2019/0154996-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JOELMA NUNES CARDOSO
ADVOGADO : ROBERTO HELY BARCHILON E OUTRO(S) - RJ054811
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS - RJ114760
ADVOGADOS : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275
IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993
ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568
PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - DF060517

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. COMPENSAÇÃO DE CHEQUE ADULTERADO. INSUFICIÊNCIA DE SALDO NA CONTA BANCÁRIA. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO ALEGADO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. *"No que se refere à distribuição do ônus da prova, a revisão das conclusões a que chegou o Tribunal de origem, no caso, esbarra na Súmula 7 do STJ, por exigir a apreciação de matéria fático-probatória, providência incabível na via eleita"* (AgRg no AREsp 160.817/PR, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 06/11/2014, DJe de 04/12/2014).

2. O Tribunal de Justiça, com arrimo no acervo fático-probatório carreado aos autos, conclui que "(...) *não comprovou a Autora [ora agravante] que, de fato, houve o desconto da quantia de sua conta corrente, tampouco a contratação de empréstimo bancário. Frise-se que tais provas lhe seriam de fácil produção, inexistindo razão para inversão do ônus da prova, na medida em que seria suficiente a juntada dos extratos bancários para demonstrar a entrada e saída de numerário*". A pretensão de revisar tal entendimento, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, consoante preconiza a Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 29 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator